

Tomando Decisões Bíblicas

LIÇÃO
QUATRO

A PERSPECTIVA
NORMATIVA: PARTES E
ASPECTOS DA BÍBLIA



THIRD MILLENNIUM
MINISTRIES

Biblical Education. For the World. For Free.

Para vídeos, guias de estudos e outros recursos, visite www.thirdmill.org.

© 2012 by Third Millennium Ministries

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, ou para fins lucrativos, exceto em breves citações para os propósitos de revisão e comentários, sem a permissão da editora Third Millenium Ministries, Inc. P.O. Box 300769, Fern Park, Florida 32730-0769.

A menos que outra versão seja indicada, as citações são da Nova Versão Internacional.

SOBRE O THIRD MILLENNIUM MINISTRIES

Fundado em 1997, Third Millennium Ministries é uma organização cristã sem fins lucrativos dedicada a prover *Educação Bíblica, Grátis, Para o Mundo*. Em resposta à crescente necessidade mundial de uma profunda formação bíblica de liderança cristã, estamos desenvolvendo e distribuindo um currículo de seminário focando principalmente líderes cristãos que não tem acesso a materiais de treinamento. Ao criar um currículo de seminário multimídia que é mantido por meio de doações, fácil de usar e em 5 idiomas (inglês, espanhol, russo, mandarim chinês e árabe), Third Millennium tem desenvolvido um método efetivo e econômico para treinar pastores e líderes cristãos ao redor do mundo. Todas as lições são escritas, desenhadas e produzidas em nossos escritórios, e são similares em estilo e qualidade às do The History Channel©. Em 2009 Third Millennium ganhou dois Prêmios Telly por sua destacável produção videográfica no *Uso de Animação e Educação* e nosso currículo está atualmente sendo usado em mais de 150 países. Nossos materiais estão disponíveis em DVD, impressos, internet, transmissão de televisão via satélite e produção para rádio e televisão.

Para mais informação acerca de nosso ministério e de como você pode nos apoiar, visite www.thirdmill.org.

Conteúdo

I. Introdução	04
II. Variedade da Bíblia	04
A. Linguagem	05
1. Extraordinária	05
2. Ordinária	07
B. Literatura	
C. Implicações	08
III. A Lei de Deus na Bíblia	12
A. Os Dez Mandamentos	12
B. Três tipos de Lei	
1. Qualificações	13
2. Valores	13
3. Aplicações	
IV. Unidade da Escritura	12
A. Mandamentos de amor	12
B. Evangelho da Graça	
C. Novo Pacto	
D. Harmonia	
V. Conclusão	22

A PERSPECTIVA NORMATIVA: PARTES E ASPECTOS DA BÍBLIA

INTRODUÇÃO

Faz pouco tempo que um amigo meu comprou uma bicicleta para seu filho. Era necessário armar a bicicleta – tinha de colocar as rodas e os pedais. O fabricante não havia incluído nenhuma instrução de como armar a bicicleta na caixa que vinham as peças da bicicleta. Meu amigo sabia o básico de como se devia armar uma bicicleta e como ela deve funcionar, conseguindo armá-la mesmo sem as instruções.

Mas imagine o que teria acontecido se ele nunca tivesse visto antes uma bicicleta e se não soubesse como funciona uma bicicleta. Nesse caso, não teria conseguido montá-la como deve ser.

De certa maneira, a Bíblia é como uma caixa de peças de bicicleta sem as instruções. Tal como é relativamente fácil de armar coisas que não são conhecidas, também é relativamente fácil descobrir algumas coisas básicas sobre o significado e o uso da Bíblia bem como responder a certas perguntas éticas. Por outro lado, assim como é difícil armar dispositivos mecânicos complicados ou desconhecidos sem as instruções, também é difícil aplicar a Bíblia a perguntas éticas complicadas quanto não entendemos as ações mais detalhadas das Escrituras.

Esta é a quarta lição em nossa série “Tomando Decisões Bíblicas” e intitulamos esta lição “A Perspectiva Normativa: Partes e Aspectos da Bíblia”.

Tal como temos dito ao longo dessas lições, o juízo ético sempre envolve à aplicação da Palavra de Deus à situação de uma pessoa. E isto nos levou a falar de três considerações essenciais quando tomamos decisões bíblicas: a norma correta da Palavra, que a associamos com a perspectiva normativa sobre a ética; a meta correta, que concorda com a perspectiva situacional; e o motivo correto, que corresponde à perspectiva existencial.

Nesta lição veremos, pela terceira vez, a perspectiva normativa, explorando o processo pelo qual discernimos as normas éticas da Bíblia. Concentraremos nossa atenção nas distintas maneiras nas quais várias partes e aspectos da Bíblia nos comunicam as normas de Deus.

Dividiremos nossa análise das partes e dos aspectos da Bíblia em três seções principais: Em primeiro lugar, veremos a variedade de materiais que encontramos na Bíblia. Em segundo lugar, veremos com mais detalhes os livros e as passagens que formam a lei de Deus na Bíblia. Em terceiro lugar, enfatizaremos a unidade da Escritura que conecta todas as partes e os aspectos da Bíblia. Começamos com a variedade que encontramos na Bíblia.

VARIEDADE DA ESCRITURA

Qualquer pessoa que já tenha lido a Bíblia o bastante deveria dar-se conta de que ela não é uniforme. Ela contém histórias, poesia, sabedoria, profecia, cartas e toda sorte de outros escritos. E dentro de cada um destes escritos, encontramos ainda mais variedade. Afinal, cada autor escreveu à sua própria maneira e seus escritos em si, variam ao longo do seu trabalho. Às vezes ele entregou mandamentos; às vezes explicou detalhes; às vezes contou uma experiência pessoal. Esta variedade não é por acidente. Deus ordenou que cada porção da Bíblia contribua, à sua própria maneira, às normas da ética cristã. Agora, posto que a Bíblia se comunica de tantas maneiras distintas, não basta que simplesmente conheçamos o que a Bíblia diz. Também devemos conhecer como a Bíblia se comunica, para que quando lermos o que ele diz, entendamos o que ela quer dizer.

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

A variedade que encontramos na Bíblia pode ser descrita de muitas maneiras diferentes; não há uma só maneira que explica isso completamente. Entretanto, para darmos sentido a esta dimensão da Bíblia e suas implicações para a ética cristã, nos concentraremos em três temas: Em primeiro lugar, falaremos da variedade de linguagem usada na Bíblia. Em segundo lugar, falaremos da variedade de literatura na Bíblia. E em terceiro lugar, veremos as implicações desta variedade para o ensino da ética moderna. Começaremos com uma visão dos assuntos mais simples e menos complexos que têm relação com a linguagem e então passaremos aos temas mais amplos e mais complexos.

LINGUAGEM

Em primeiro lugar, a Bíblia mostra uma completa gama de linguagem que encontramos em toda comunicação humana. Contém declarações, perguntas, promessas, ofertas, maldições, bênçãos, ameaças, referências de juízo, recapitulações, mandamentos, conselhos, petições, exclamações, descrições, prantos de desespero, expressões de desejo, de admiração, de amor e muito, muito mais. A linguagem bíblica pode está livre de emoções ou carregada delas. Partes dela podem ser imaginativas, usando simbolismos e outras figuras de linguagem, enquanto em outras a linguagem é relativamente simples, expressando os assuntos de uma maneira mais direta. A Bíblia inclui tanto o sarcasmo com a linguagem sincera. Emprega insinuações e alusões tão livremente como comentários explícitos. Utiliza hipérbolos, eufemismos e expressões familiares. Muitas vezes nem sequer se dá ao trabalho de declarar o óbvio, mas simplesmente presume.

Essa imensa variedade de linguagem nos apresenta uma quantidade de desafios quando lemos a Bíblia. Afinal, se não sabemos reconhecer estes diferentes tipos de linguagem, e se não entendemos o que cada um comunica, muito provavelmente interpretaremos erroneamente o ensino bíblico.

Agora, através dos séculos, os cristãos têm proposto muitas maneiras para tratar dos desafios que a variedade da linguagem apresenta. Entretanto, é prudente dizer que a maioria dessas soluções se encontram em um entre dois grupos: aqueles que creem que a Bíblia utiliza uma linguagem extraordinária e aqueles que creem que a Bíblia utiliza a linguagem de maneira comum.

Extraordinária

Geralmente, os que creem que a Bíblia fala de maneira extraordinária oferecem soluções que ignoram os diferentes tipos de linguagem da Bíblia. Em vez disso, eles simplificam exageradamente a linguagem bíblica para desenvolver um sistema de interpretação que pode ser aplicado de maneira relativamente igual a toda à Bíblia.

Por exemplo, na Idade Média muitos teólogos criam que porque a Bíblia era inspirada por Deus, ela se comunicava de maneiras extraordinárias que estão além da compreensão humana. Eles criam que cada texto bíblico possuía uma variedade de significados simbólicos que às vezes, estavam escondidos até mesmo dos autores da Bíblia. Nesse sistema cada texto era presumido como tendo ao menos algum tipo de significado metafórico, não importando as intenções humanas do autor.

Mais recentemente, muitos cristãos que creem que a linguagem das Escrituras é extraordinária tem ido em direção contrária. Em vez de crer que a natureza extraordinária das Escrituras dificulta a interpretação, eles têm insistido em que a natureza extraordinária das Escrituras facilita a interpretação da sua linguagem. Alguns deles têm argumentado que o Espírito Santo revela as verdadeiras interpretações diretamente a seu povo, tornando desnecessário saber que tipo de linguagem se está lendo e qual o significado comunicado.

Outros têm argumentado que a linguagem da Bíblia sempre deve ser interpretada o mais literalmente possível, para que os significados metafóricos só sejam buscados quando os significados não figurativos careçam de sentido.

Por exemplo, é evidente que na comunicação comum e corrente os seres humanos normalmente utilizam hipérboles ou exageros. Entretanto, muitos cristãos comprometidos com a autoridade bíblica não reconhecem as hipérboles que aparecem na Bíblia. Ao contrário, eles tratam cada declaração da Bíblia como se fosse direta, independente e precisa.

Também sabemos que na linguagem e na escrita comum e corrente, normalmente resumimos os assuntos, esperando que nossas audiências preencham o espaço em branco com outro tipo de conhecimento que possuam. Ainda assim, alguns cristãos encontram dificuldade em reconhecer que os escritores que foram inspirados fizeram o mesmo. Ao contrário, tratam as passagens como se estivessem inteiramente compreensíveis em vez de está limitadas em seu escopo.

Além disso, reconhecemos que na escritura e na linguagem comum e corrente, em geral, seremos sarcásticos e diremos simplesmente o oposto do que queremos dizer. Entretanto, para muitos cristãos é difícil aceitar que o sarcasmo aparece na Bíblia.

Em contraste com estas opiniões de que a linguagem da Bíblia é extraordinária encontra-se a visão de que a Bíblia comunica-se numa linguagem humana comum e corrente, utilizando todas as costumes normais da comunicação humana.

Ordinária

Vocês lembrarão que em uma lição anterior, falamos da clareza da Bíblia, na qual nos referimos a que a Bíblia não é obscura, que não está cheia de significados escondidos que somente podem ser descobertos mediante significados misteriosos, ou através de dons espirituais especiais, ou por aqueles que ocupam cargos especiais na igreja. Em outras palavras, as Escrituras são claras somente se fala em uma linguagem comum e corrente e se comunicam de maneira normal.

Vamos demonstrar que a Bíblia se comunica em uma linguagem ordinária humana, vamos considerar algumas passagens onde a leitura literal seria terrivelmente enganosa. Pensemos na petição em Mateus 6.11, que é parte da oração do Senhor.

“O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”

Quando esse versículo é lido de uma maneira artificialmente literal, à parte dos costumes das expressões humanas normais pode parecer que é como se Jesus estivesse exigindo de Deus que nos dê o pão.

De fato, todas as petições na oração do Senhor tomam a forma dos imperativos, inclusive não somente o “pão nosso de cada dia, dá-nos hoje”, mas também o “livra-nos do mal”. – Por certo que na gramática grega, normalmente os imperativos são mandamentos.

Este fato tem guiado certos cristãos que leem a Bíblia de uma maneira exageradamente literal a concluir que as palavras de Jesus eram mandamentos dirigidos a Deus. E, obviamente, já que a oração do Senhor é um modelo que devemos imitar em nossas orações, eles também chegaram à conclusão de que Deus o direito de dar ordens a Deus!

Porém, a partir do resto da Bíblia, incluindo as próprias palavras de Jesus na oração do Senhor, sabemos que os verbos em forma imperativa são usados com frequência para expressar petições e solicitações. Por exemplo:

Vão a Betel e ponham-se a pecar; vão a Gilgal e pequem ainda mais...
(Amós 4.4 [NVI])

Uma leitura extremamente literal destas palavras tem levado alguns intérpretes a pensarem que Amós realmente queria que seus ouvintes pecassem contra o Senhor nos centros de adoração idólatra em Betel e Gilgal. Entretanto, este tipo de leitura não é natural e não encaixa com as intenções do profeta reveladas em outras declarações. Por exemplo, em Amós 5.5, o profeta disse:

Não busquem Betel, não vão a Gilgal...

A partir deste versículo e do resto do livro de Amós, deveríamos concluir que quando o profeta ordenou ao povo que pecasse em Betel e Gilgal, o disse de forma sarcástica, querendo dizer simplesmente o contrário do que estava dizendo. Ele não queria que pecassem nestes lugares, mas que deixassem de pecar neles.

A mecânica da linguagem bíblica não pertence unicamente às Escrituras. Ao contrário, a Bíblia utiliza as convenções linguísticas de seus autores e de suas audiências originais. Isto significa que se queremos interpretar responsavelmente a Bíblia, devemos aprender que ela usa a linguagem comum e corrente, entendendo a intenção de cada autor quando ele escreveu. Se o autor designou suas palavras para que fossem entendidas metaforicamente, então devemos lê-las metaforicamente, buscando no texto o significado que o autor quis que tivessem. Por outro lado, se o autor bíblico designou suas palavras de forma simples e direta, então nossa responsabilidade é interpretar suas palavras de maneira não figurativa.

LITERATURA

Assim como existem muitas variedades de linguagem nas Escrituras, existem muitas variedades de literatura. Estas são formas mais extensas e mais complexas do que a linguagem e, de uma forma ou de outra, são mais difíceis de dominar. No entanto, ser capaz de compreendê-las é fundamental para lidar com as diferentes partes e aspectos da Bíblia de maneira responsável.

Existem muitas formas diferentes de literatura na Bíblia. Para mencionar apenas alguns, a literatura bíblica inclui as seguintes: prosa, poesia, canto, lei, narrativa, carta, voto, epístola, oráculo profético, provérbio, parábola e gênero dramático. Dentro dessas formas maiores, geralmente há várias categorias menores. Por exemplo, dentro da forma literária do oráculo profético, encontramos oráculos de julgamento, oráculos de bênção, oráculos projetados para após o litígio, etc. Estas formas distinguem-se pelo seu conteúdo, bem como pela sua estrutura, estilo e uso da linguagem. Além disso, cada gênero bíblico comunica o significado de maneiras diferentes. Portanto, assim como devemos estar cientes das complexidades da linguagem da Bíblia, devemos também estar conscientes das complexidades das diferentes formas literárias.

Normalmente, quando nos referimos a ética, nos concentramos em passagens da Bíblia que contêm as leis, ou que ensinam diretamente as normas e obrigações morais. Embora essas passagens sejam importantes para o nosso estudo da ética, não devemos cometer o erro de pensar que os outros gêneros têm pouco ou nada a oferecer na instrução da ética. Para nossos propósitos, devemos enfatizar que as narrativas bíblicas também comunicam normas e regulamentos éticos. Poesia e canções expressam preocupações éticas. Provérbios e outros escritos sobre sabedoria refletem valores éticos. A profecia expressa os juízos éticos de Deus na forma de regozijo ou aversão às ações humanas.

A propósito, como vimos em nossas lições anteriores, cada passagem da Bíblia revela o caráter de Deus e, portanto, cada passagem contém o ensino ético, seja essa passagem um código legal, uma carta, um poema, uma coleção de provérbios, uma narrativa histórica ou qualquer outro tipo de literatura. É por essa razão que quando nos referimos à ética, devemos

investigar todos os tipos de literatura bíblica para descobrir suas revelações dos padrões éticos de Deus.

Para ilustrar a ideia de que todos os gêneros encontrados na Bíblia devem orientar nossas reflexões éticas, consideremos o caso das narrativas bíblicas. Por certo os escritores bíblicos estavam interessados em registrar fatos históricos. Mas eles também estavam interessados em usar esses fatos para evocar a fé e ensinar lições morais.

Mencionaremos cinco maneiras específicas pelas quais as narrativas históricas contribuem para o nosso estudo e para a prática da ética cristã.

Primeiro, em um nível bem básico, as narrativas bíblicas nos obrigam a aceitar seu conteúdo com base em fatos. Somos moralmente obrigados a acreditar que os detalhes da história da redenção são verdadeiros.

Isto é especialmente verdadeiro quando se trata dos eventos centrais do evangelho, tais como: a morte de Jesus, o sepultamento, a ressurreição, a ascensão e o envio do Espírito Santo no Pentecostes. Mas também é verdade com respeito a todos os outros fatos que a Bíblia nos ensina através de narrativas históricas. A mera apresentação desses fatos nas narrativas bíblicas nos força a crer neles.

A segunda razão pela qual as narrativas bíblicas são importantes na ética cristã é que a história bíblica tem o poder de nos transformar eticamente. Isso significa que conhecer o conteúdo da história bíblica é parte de ser um cristão.

Como vimos em nossa primeira lição, somente pessoas boas são capazes de fazer o bem. E somente aqueles que têm uma genuína fé salvadora no evangelho são boas pessoas. É claro que para termos fé salvadora em Cristo, precisamos saber quem é Cristo e o que ele fez. Esses são fatos que aprendemos nos registros históricos bíblicos. Portanto, é necessário conhecer a história bíblica se quisermos ter fé salvadora em Cristo. Portanto, é justo dizer que é necessário conhecer a história bíblica para nos comportarmos de maneira ética.

Terceiro, as narrativas bíblicas nos fornecem ambientes históricos para as leis de Deus. Para entender corretamente a lei de Deus, devemos entender o contexto histórico em que a lei foi entregue.

Por exemplo, devemos ver que as narrativas bíblicas enfatizam a graça divina para que sejamos motivados a obedecer a sua lei. Até os dez mandamentos começam assim. Em Êxodo, capítulo 20, versículo 2, lemos que Deus começou dizendo o seguinte:

Eu sou o Senhor, o teu Deus, que te tirou do Egito, da terra da escravidão.

Esta pequena declaração histórica introduziu os Dez Mandamentos e produziu uma motivação central para obedecê-los. De fato, esforçar-se para obedecê-los sem essa motivação de gratidão nunca alcançará a verdadeira obediência aos mandamentos. Afinal, como vimos em uma lição anterior, todo bom ato deve ter boa motivação.

Portanto, as narrativas bíblicas são importantes para a ética porque só podemos entender as leis de Deus corretamente quando entendemos a história bíblica.

Em quarto lugar, as narrativas bíblicas apresentam a avaliação de Deus dos eventos históricos. E como as avaliações de Deus estão sempre corretas, elas nos dão uma direção ética firme.

Vocês se lembrarão de que definimos o “bem” como o que Deus abençoa e “mal” como o que ele amaldiçoa ou pune. Bem, nas narrativas bíblicas, os escritores ilustram os tipos de ações, pensamentos e motivações que Deus abençoa e amaldiçoa. Fazendo assim, eles dão aos seus leitores exemplos para seguir e rejeitar.

Finalmente, em algumas ocasiões, os escritores da história bíblica registraram seus próprios comentários sobre ética. Às vezes, esses comentários são sutis, mas outras vezes são bastante óbvios.

Por exemplo, em Gênesis, capítulo 13, versículos 12 a 13, Moisés fez esse comentário sobre o povo de Sodoma:

Abrão ficou na terra de Canaã, mas Ló mudou seu acampamento para um lugar próximo a Sodoma, entre as cidades do vale. Ora, os homens de Sodoma eram extremamente perversos e pecadores contra o Senhor.

A avaliação moral de Moisés de Sodoma não apenas questiona a sabedoria de Ló, mas também antecipa o julgamento que Deus logo traria sobre a cidade.

Como porta-vozes inspirados de Deus, os autores dos registros históricos bíblicos comentaram sobre a bondade ou maldade de muitos dos personagens, atitudes e eventos em suas histórias. Suas avaliações representam as perspectivas do próprio Deus e, portanto, nos dão muitas coisas a considerar sobre a ética.

Então, quais são as consequências quando usamos toda a Bíblia como norma ética? Primeiro, o que temos visto sobre narrativas históricas também é verdadeiro para todos os outros tipos de literatura bíblica: cada tipo de literatura é normativo; cada tipo de literatura nos ensina algo sobre a maneira como devemos pensar, agir e sentir. E como resultado, toda passagem da Bíblia nos traz obrigações morais.

Por exemplo, a poesia bíblica se concentra nas expressões emocionais apropriadas e frequentemente descreve a aprovação ou rejeição de Deus. A profecia demonstra a satisfação ou ira de Deus com o comportamento humano. Também revela muitas coisas boas que devem ser feitas para obter o favor de Deus, e nos adverte contra a pecaminosidade que sua provoca a sua ira. A literatura sobre sabedoria explica o caráter de Deus, que é nossa norma ética fundamental, e nos ensina como devemos aplicar os princípios da Lei à vida cristã prática. Embora as considerações éticas não sejam enfatizadas em uma passagem, elas sempre podem ser deduzidas. Considere novamente as palavras de Paulo em 2 Timóteo, capítulo 3, versículos 16 e 17:

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra.

Paulo insistiu que toda a Escritura, não importando o gênero literário, capacita os cristãos a agradarem a Deus. Além disso, já que cada passagem da Escritura é importante para a ética, é legítimo focar os aspectos morais de qualquer passagem – mesmo que o autor bíblico não tenha enfatizado o aspecto moral em si. Em suma, se ignorarmos as consequências éticas de qualquer parte das Escrituras, nos privaremos de todo o escopo da direção ética oferecida pela revelação de Deus.

Assim, o fato de que as Escrituras utilizam muitos tipos de linguagem e literatura para nos ensinar sobre a ética tem algumas implicações interessantes para a maneira como ensinamos ética hoje. Por um lado, isso implica que devemos usar toda a Bíblia em nossa busca pelos padrões éticos de Deus. Por outro lado, a variedade das Escrituras implica que nosso próprio ensino de ética pode se beneficiar do uso de diferentes gêneros.

IMPLICAÇÕES

É verdade que a instrução sobre ética nos ajuda a entender muitas coisas. Mas algo também é perdido quando confiamos inteiramente na instrução direta. Afirmações simples geralmente não tocam nossas emoções da mesma maneira que a poesia e as narrativas fazem;

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

assim como as instruções simples sobre ética nas Escrituras raramente são tão comoventes ou memoráveis para nós como os Salmos ou as histórias sobre Jesus. As situações que são exploradas nas aulas de ética típicas raramente são tão sutis quanto as das narrativas. E afirmações simples raramente nos estimulam a meditar em questões morais como os provérbios.

Portanto, às vezes pode ser útil ensinar e pregar sobre ética nas diferentes formas de linguagem usadas nas próprias Escrituras. Em alguns casos, nosso ensino sobre como tomar decisões éticas será mais eficaz se usarmos nossa própria imaginação poética, histórias, provérbios, parábolas e outros gêneros que normalmente não estão associados à ética.

Agora que apresentamos como as diferentes formas de linguagem e literatura na Bíblia nos guiam em nosso uso das Escrituras como nosso padrão moral, devemos voltar nossa atenção para a lei de Deus na Bíblia, para aquelas porções da Bíblia que tratam a ética de maneira mais explícita.

A LEI DE DEUS NAS ESCRITURAS

Nas tradições cristãs e judaicas, os cinco livros de Moisés - Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio - são coletivamente conhecidos como a lei. Mas quando falamos da lei de Deus nessas lições, não nos referimos principalmente aos livros de Moisés, mas àquelas partes da Escritura que estão escritas na forma literária de um código legal. Essas porções são encontradas principalmente em Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, mas esses livros também contêm narrativa histórica, poesia, listas e outras partes que não fazem parte de seu código legal. Além disso, algumas partes do código legal são encontradas fora dos livros de Moisés.

Agora, como já dissemos a lei de Deus não é a única parte da Escritura que contém instruções sobre ética normativa. Toda a Escritura é normativa. No entanto, a lei contém as expressões mais claras e explícitas de muitos dos requisitos éticos de Deus, e tradicionalmente funciona bem como o ponto de partida para a pesquisa ética.

Nosso estudo da lei de Deus será dividido em duas seções. Primeiro, explicaremos a importância dos Dez Mandamentos, que são os mandamentos fundamentais dentro da lei de Deus. E em segundo lugar, apresentaremos os três tipos diferentes da lei de Deus que tradicionalmente foram reconhecidos pelos teólogos. Vamos começar focando nossa atenção nos Dez Mandamentos.

DEZ MANDAMENTOS

A lista dos Dez mandamentos se encontra no Êxodo capítulo 20 e em Deuteronômio capítulo 5. Distintas tradições teológicas enumeram os mandamentos de diferentes maneiras, mas nestas lições seguiremos a numeração protestante tradicional. Os Dez Mandamentos podem ser resumidos da seguinte maneira:

Mandamento 1: “Não terás outros deuses diante de mim”.

Mandamento 2: “Não farás imagem de escultura”.

Mandamento 3: “Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão”.

Mandamento 4: “Lembra-te do dia de repouso para o santificar”.

Mandamento 5: “Honra teu pai e tua mãe”.

Mandamento 6: “Não matarás”.

Mandamento 7: “Não adulterarás”.

Mandamento 8: “Não furtarás”.

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

Mandamento 9: Não dirás falso testemunho”.
Mandamento 10: “Não cobiçarás”.

Embora seja verdade que alguns teólogos tratam os Dez Mandamentos como se fossem apenas outra parte da Lei Mosaica, a Bíblia indica que os Dez Mandamentos têm uma primazia especial sobre os outros mandamentos das Escrituras.

A primazia dos Dez Mandamentos é tanto histórica quanto teológica. Sua primazia histórica depende do fato de que, até onde sabemos, essas leis foram o primeiro código legal escrito pela nação de Israel.

Paulo deu especial atenção a este fato em Gálatas capítulo 3 versículo 17, onde escreveu o seguinte:

Quero dizer isto: A lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não anula a aliança previamente estabelecida por Deus... [NVI]

Paulo se referiu à entrega dos Dez Mandamentos como a “introdução” da lei, indicando que essa foi a primeira vez que Israel possuiu a lei de Deus dessa maneira. Israel recebeu os Dez Mandamentos através de Moisés, que recebeu os Dez Mandamentos diretamente de Deus no Monte Sinai. Ao receber os Dez Mandamentos, Israel se tornou a primeira nação a possuir um extenso código sobrenaturalmente revelado das santas exigências de Deus.

É claro que o povo de Deus ainda tinha muitos mandamentos antes dos da época de Moisés. Mesmo antes do tempo de Abraão, vemos claramente no Dilúvio de Noé que Deus tinha uma série de padrões que ele esperava que seu povo seguisse. E quando as pessoas se recusaram a obedecer a Deus, ele destruiu o planeta inteiro com as águas do dilúvio.

Além disso, a Abraão não faltaram leis ou estipulações para obedecer. Em Gênesis capítulo 17 versículo 1, Deus lhe dera a instrução extensa e exigente que dizia:

...Anda segundo a minha presença e sê perfeito.

Agora, os Dez Mandamentos não foram as únicas leis que foram dadas a Israel enquanto eles acampavam ao pé do Monte Sinai. Em vez disso, eles serviram como a declaração preliminar e resumida de um grande número de leis que Israel recebeu imediatamente, enquanto eles ainda estavam acampados no Monte Sinai. Essas outras leis, comumente referidas como o Livro do Pacto, podem ser encontradas nos capítulos 21 a 23 em Êxodo. Juntamente com os Dez Mandamentos, o Livro do Pacto formou o código legal inicial de Israel. Mais tarde, esse código foi expandido para incluir muitas outras leis.

Além de contar com uma primazia transitória, os Deus Mandamentos também contaram com uma primazia teológica ou ideológica. Tal como lemos em Êxodo capítulo 24, versículo 12:

Então, disse o SENHOR a Moisés: Sobe a mim, ao monte, e fica lá; dar-te-ei tábuas de pedra, e a lei, e os mandamentos que escrevi, para os ensinares.

Por um lado, ao contrário do livro do Pacto que Moisés escreveu de acordo com as instruções de Deus, foi o próprio Deus quem escreveu os Dez Mandamentos nas tábuas de pedra.

Deuteronômio, capítulo 9, versículo 10, confirma que o próprio Deus escreveu os Dez Mandamentos nas tábuas de pedra. Moisés exclamou:

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

Deu-me o SENHOR as duas tábuas de pedra, escritas com o dedo de Deus...

O fato de Deus haver escrito os Dez Mandamentos, mostra que os Dez Mandamentos eram especiais entre suas leis, que mereciam atenção especial e que, de alguma forma, eles eram os mais importantes de seus mandamentos.

A primazia teológica dos dez mandamentos também é indicada pela ocasião especial em que Israel os recebeu. A entrega da lei ocorreu em meio a trovões, raios, fumaça, nuvens e trombetas celestes. Durante esse tempo, Deus permitiu-se ser visto não somente por Moisés, mas também por Josué, Arão e os setenta anciãos de Israel.

A primazia teológica dos Dez Mandamentos também é enfatizada em Deuteronômio capítulo 4 verso 13, onde Moisés identificou os Dez Mandamentos como o próprio pacto de Deus com seu povo:

Então, vos anunciou ele a sua aliança, que vos prescreveu, os dez mandamentos, e os escreveu em duas tábuas de pedra.

Além disso, de acordo com Êxodo 40.20, os Dez Mandamentos também foram colocados dentro da Arca da Aliança, a plataforma de Deus, que era o objeto religioso mais associado com a presença de Deus com Israel. O Livro do Pacto e o restante das leis não receberam esse reconhecimento especial.

Por exemplo, em Mateus, capítulo 19, versículos 17 a 19, lemos a seguinte conversa entre Jesus e um homem que lhe perguntou como herdar a vida eterna:

Respondeu-lhe Jesus: Por que me perguntas acerca do que é bom? Bom só existe um. Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos. E ele lhe perguntou: Quais? Respondeu Jesus: Não matarás, não adulterarás, não furtarás, não dirás falso testemunho; honra a teu pai e a tua mãe e amarás o teu próximo como a ti mesmo.

TRÊS TIPOS DE LEI

Na maioria dos ramos protestantes da igreja, tem sido comum categorizar as diferentes leis da Bíblia do Antigo Testamento em três grupos principais: a lei moral, a lei cerimonial e a lei civil. Geralmente, acredita-se que as leis morais fornecem padrões éticos e geralmente são identificadas com os Dez Mandamentos. As leis civis são para o governo da sociedade, especialmente durante o período da teocracia israelita. As leis cerimoniais, por sua vez, são o que fornece a instrução para a adoração de Deus. Frequentemente, eles estão mais associados ao sistema sacrificial do Antigo Testamento e à administração do Tabernáculo e do Templo.

Essas diferenças desempenharam um papel tão importante na história da igreja que vamos estudá-las com mais detalhes, primeiro analisando algumas condições importantes das divisões tradicionais; em segundo lugar, afirmando o valor dessas divisões; e terceiro, analisar a correta aplicação das categorias tradicionais da lei para o estudo da ética. Primeiro, vamos considerar algumas condições da divisão tripartida das leis do Antigo Testamento.

Qualificações

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

Embora existam muitos aspectos positivos que podem ser ditos sobre a tradicional divisão tripartida na lei, a categorização das leis nas Escrituras não é isenta de desafios. Em primeiro lugar, muitos eruditos bíblicos observam corretamente que as três categorias tradicionais não são explicitamente ensinadas na Bíblia. Isso significa que em nenhum lugar nas Escrituras encontramos qualquer afirmação definitiva de que existem diferentes tipos de leis conhecidas como leis morais, cerimoniais e civis, muito menos que existem instruções que explicam quais leis pertencem a quais categorias. Agora, essas categorias são válidas em vários aspectos, no entanto, não devemos pensar nelas como algo óbvio ou claro em todos os aspectos.

Segundo, as Escrituras apresentam claramente algumas leis que pertencem a mais de uma categoria. Por exemplo, em Êxodo, capítulo 20, versículos 8 a 11, a ordem para observar o sábado é explicitamente estabelecido nos Dez Mandamentos, portanto, na lei moral. No entanto, o mandamento do sábado também é definido dentro de uma coleção de cerimônias de adoração de Israel em Êxodo capítulo 31 versículos 14 a 16.

A Bíblia também identifica explicitamente o mandamento da proibição de assassinar tanto moral quanto civilmente. Este mandamento é um dos Dez Mandamentos em Êxodo capítulo 20 versículo 13, marcando-o como uma lei moral. Mas o Antigo Testamento também deixou claro que o governo deveria punir aqueles que assassinassem, tornando o assassinato também uma questão civil.

Portanto, ao considerarmos as leis do Antigo Testamento, devemos estar cientes de que existem muitas leis que se encaixam em mais de uma categoria. A propósito, é justo dizer que todas as leis do Antigo Testamento tinham aspectos morais, civis e cerimoniais.

Vejamos desta forma: não importa o que se destaca mais em um texto particular, toda lei era uma norma sobre a moralidade; toda lei tinha uma conexão direta ou indireta com as relações sociais que eram reguladas por leis civis; e de uma forma ou de outra, as observações e infrações de todas as leis afetavam o modo pelo qual o povo de Israel participava das cerimônias de adoração. É por essa razão que é melhor falar sobre os diferentes “aspectos” das leis do que colocá-las em uma das categorias da lei.

Apesar destas qualificações, deveríamos também estar cientes de que a divisão tradicional tripartida tem um valor substancial quando se trata de entender como Deus queria que sua lei fosse aplicada a seu povo.

Valor

Em primeiro lugar, a divisão tradicional tripartida nos ajuda a ver com mais clareza que a Lei era o padrão abrangente de Deus para a vida de seu povo. A lei não apenas regulava uma pequena parte da vida; regulava tudo da vida. Isto é evidente porque a tríplice divisão tradicional da lei reflete uma distinção genuína que a Escritura estabelece entre os três ofícios que governavam a teocracia de Israel, a saber, os de profeta, sacerdote e rei. A lei moral está intimamente relacionada ao ofício profético, que estabelece o mandamento de Deus para a justiça. A lei cerimonial ajusta-se bem ao ofício sacerdotal, posto que se refere diretamente às funções desempenhadas por sacerdotes, como a expiação. E a lei civil está intimamente relacionada com o ofício de rei, o chefe governante do povo da aliança de Deus.

Em segundo lugar, essa tripla distinção nos ajuda a interpretar leis que a Bíblia não explica totalmente. Ao agrupar leis semelhantes, os teólogos são mais capazes de determinar o significado original e a aplicação de muitas leis sobre as quais a Bíblia diz muito pouco. Afinal, quando a Bíblia nos dá informações abrangentes sobre a aplicação de uma lei, mas muito pouco sobre uma lei semelhante, é razoável usar os insights da primeira para entender nossa compreensão da segunda.

Agora que examinamos algumas qualificações da divisão tradicional da lei e enfatizamos seu valor para o entendimento das Escrituras, devemos voltar nossa atenção para

nossa terceira preocupação: a aplicação adequada da tradicional tríplice divisão da lei ao estudo da ética.

Aplicação

Embora muitos teólogos concordem com a validade das categorias tradicionais da lei do Antigo Testamento, eles frequentemente discordam sobre como aplicar essas categorias ao estudo da ética. Alguns disseram que categorias inteiras de leis não se aplicam aos cristãos modernos. Em seu entendimento, a existência dessas categorias e a correta identificação das leis fornecem um mecanismo pelo qual elas podem evitar a aplicação da Palavra de Deus em suas vidas. Outros teólogos disseram que todas as leis individuais ainda se aplicam, mas apenas em relação a alguns de seus aspectos. Outros ainda argumentaram que as categorias tradicionais simplesmente nos ajudam a ver como cada aspecto de cada lei deve ser aplicado à vida de todo cristão.

Consideremos, por exemplo, a declaração da Confissão de Fé de Westminster no capítulo 19, seção 3:

[Essas leis]... estão todas abrogadas sob o Novo Testamento.

Esta declaração reflete o fato de que desde a morte, sepultamento, ressurreição e ascensão de Cristo, o povo de Deus não mais deve realizar muitos dos comportamentos específicos que foram exigidos sob o sistema mosaico de sacrifícios e do templo. Não devemos mais manter o templo, nem restringir as mulheres e os gentios no acesso à santa presença de Deus, nem sacrificar animais por nossos pecados.

A Confissão de Fé de Westminster faz uma afirmação similar em relação à lei civil, mas permite que a equidade geral, ou princípios morais básicos, das leis civis continuem a se aplicar. Fala das leis civis de Israel no capítulo 19, seção 4, onde afirma:

A esse mesmo povo [israelita], considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Mais uma vez, a ideia básica aqui é que os requisitos específicos das leis civis já não se aplicam; elas “expiraram”.

Agora, é verdade que os crentes não precisam mais se comportar de muitas maneiras especificadas no Antigo Testamento, especialmente no que diz respeito às leis que dizem respeito à cerimônia do Antigo Testamento e ao governo civil. Esses comportamentos foram substituídos pela mais completa revelação do Novo Testamento. As leis civis e cerimoniais do Antigo Testamento realmente “expiraram” no sentido de que não devemos retornar aos padrões de vida do Antigo Testamento.

Mas é fundamental perceber que, em outro sentido, as leis civis e cerimoniais do Antigo Testamento ainda se aplicam aos cristãos modernos. As leis civis e cerimoniais ainda nos guiam como padrão de Deus hoje, assim como as leis morais fazem.

Há pelo menos quatro razões pelas quais os cristãos ainda devem olhar para as leis civis e cerimoniais do Antigo Testamento, bem como para suas leis morais, para orientação ética hoje.

Em primeiro lugar, o caráter de Deus requer que aprendamos da revelação que provém dessas leis. Como já vimos, o caráter de Deus é nosso padrão supremo de ética. E a lei do Antigo Testamento reflete o caráter de Deus; é uma revelação de quem Deus é e como ele é. E o caráter de Deus não mudou. Isso significa que tudo o que a Lei revelou sobre Deus no Antigo Testamento continua sendo verdadeiro hoje. Em resumo, as leis civis e cerimoniais do

Antigo Testamento ainda revelam nosso padrão moral.

Segundo, a própria Escritura ensina a continuação da aplicação moderna de cada uma das leis do Antigo Testamento, até a última delas.

Por exemplo, em Mateus 5, versículos 18-19 Jesus ensinou:

Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus.

De acordo com Jesus, toda lei continuará a revelar o padrão de Deus até que “tudo seja cumprido”. Mas nem tudo ainda foi realizado - Cristo ainda não retornou. Até que ele regresse, até mesmo o menor dos mandamentos deve ser ensinado e observado. Então, de uma forma ou de outra, até mesmo as leis civis e cerimoniais continuam a nos ensinar as normas de Deus para nossas vidas.

Terceiro, o persistente fato é que a Bíblia ensina consistentemente que a lei é um todo unificado, que mantém tudo junto, sem fazer distinções entre divisões cerimoniais, civis ou morais. Por exemplo, em Tiago 2: 10-11, lemos estas palavras:

Pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos. Porquanto, aquele que disse: Não adulterarás também ordenou: Não matarás. Ora, se não adulteras, porém matas, vens a ser transgressor da lei.

Na mente de Tiago, a lei era indivisível porque tudo veio do mesmo Deus.

Quarto, toda a Escritura, não apenas algumas partes, é para nossa instrução moral. Isso significa que as leis cerimoniais e civis, bem como as leis morais, têm algo a nos ensinar sobre a ética moderna. Tal como Paulo escreveu em 2 Timóteo 3:16:

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça...

Observe que Paulo não listou nenhuma exceção aqui. Pelo contrário, ele incluiu “toda a Escritura”. Isso significa que mesmo as leis cerimoniais e civis são úteis para nos treinar nos caminhos da justiça.

Assim, perceber que as leis civis e cerimoniais ainda fazem parte de nosso padrão ético na ética cristã é um primeiro passo importante. Mas também é importante saber como incluir esses tipos de lei em nossas avaliações éticas. Afinal de contas, já estabelecemos que não devemos simplesmente continuar com os comportamentos do Antigo Testamento com relação a essas leis. Então, o que devemos fazer com essas leis? Qual processo de aplicação devemos seguir?

Ao longo desta série de lições, enfatizamos que as decisões éticas sempre envolvem a aplicação da Palavra de Deus a uma situação por uma pessoa. Como resultado, o padrão de qualquer lei, quer enfatize aspectos morais, civis ou cerimoniais, não pode ser adequadamente entendido ou aplicado sem considerar tanto a situação à qual ela é aplicada quanto a pessoa que a aplica. E sempre que os detalhes da situação ou da pessoa mudarem, podemos esperar que a aplicação da Palavra de Deus seja pelo menos um pouco diferente.

Como ilustração, ajudará considerarmos um caso do Antigo Testamento em que uma

lei civil foi aplicada a uma situação histórica. Assim, considere o caso das filhas de Zelofeade mencionadas em Números 27. De acordo com a lei que Deus havia estabelecido anteriormente sobre a distribuição da Terra Prometida, as provisões deveriam ser distribuídas às famílias, e elas seriam divididas entre os filhos. Agora, Zelofeade era um homem que havia morrido no deserto, deixando cinco filhas, mas sem filhos. De acordo com a lei de distribuição de propriedade que Deus havia ordenado, as filhas de Zelofeade não podiam herdar a terra de seu pai. Então, as filhas apelaram a Moisés. Nós lemos a petição delas em Números 27: 3-4:

Nosso pai morreu no deserto e não estava entre os que se ajuntaram contra o SENHOR no grupo de Corá; mas morreu no seu próprio pecado e não teve filhos. Por que se tiraria o nome de nosso pai do meio da sua família, porquanto não teve filhos? Dá-nos possessão entre os irmãos de nosso pai.

Se o Senhor tivesse a intenção de aplicar a lei ao “pé da letra” ou mecanicamente, o caso teria sido facilmente resolvido. Conforme a lei, as filhas de Zelofeade não poderiam receber uma herança na Terra Prometida. Mas no verso seguinte, uma coisa muito notável aconteceu. Ouça as palavras de Números 27.5:

Moisés levou a causa delas perante o SENHOR.

Isso não é incrível? Moisés havia entregado a lei sobre distribuição de propriedade e era o juiz supremo em Israel. Acima de todos os outros naquela nação, ele tinha conhecimento íntimo dos caminhos de Deus e dos detalhes da lei de Deus. Se alguém deveria saber como julgar este caso, Moisés era o homem. Então, por que ele não sabia que decisão tomar?

Moisés entendeu que a lei que Deus lhe dera foi planejada para administrar uma situação em que havia filhos. E ele sabia que o objetivo dessa lei era garantir o lugar de cada família dentro de sua tribo e preservar suas parcelas de terras tribais. Mas no caso das filhas de Zelofeade, Moisés enfrentou a questão de como aplicar o padrão revelado por essa lei a uma nova situação. Ele precisava da ajuda de Deus porque sabia que a nova situação afetaria a maneira como ele aplicaria a lei. E a resposta de Deus é digna de nota. Ouça o que Deus disse em Números 27.7-8:

As filhas de Zelofeade falam o que é justo... Falarás aos filhos de Israel, dizendo: Quando alguém morrer e não tiver filho, então, fareis passar a sua herança a sua filha.

A passagem prossegue listando vários outros casos em que a herança de um homem pode cair para outras pessoas além de seus filhos. Mas o ponto que estamos tratando é o seguinte: Deus indicou que o mesmo aspecto de seu caráter deveria ser aplicado de diferentes maneiras em diferentes situações. Em muitos aspectos, os cristãos enfrentam a mesma dificuldade que Moisés enfrentou: temos o padrão da lei de Deus, mas precisamos aplicá-lo a uma nova situação. Toda a lei deve ser reinterpretada e aplicada à luz de Cristo e de sua obra.

Como sacerdote, Cristo cumpre os aspectos cerimoniais da lei. Os princípios cerimoniais da lei ainda estão vigentes, e devemos segui-los confiando em Cristo como nosso sacrifício e adorando-o em Espírito e em verdade.

Como rei, Cristo cumpre os aspectos civis da lei. E a igreja, que é sua nação na terra, está obrigada a obedecer a esses aspectos não apenas vivendo justamente sob nossos respectivos governos terrestres, que estão sob o domínio maior de Cristo, mas também

honrando diretamente a Cristo como rei e guardando seus mandamentos.

E finalmente, como profeta, Cristo cumpre os aspectos morais da lei. Nós dependemos apenas da moralidade de Cristo como base para nossa aceitação diante de Deus. No entanto, também devemos nos conformar à imagem e ao exemplo de Cristo, procurando viver de maneira tão moral quanto ele durante seu ministério terreno e como ele continua a fazer no céu.

Em resumo, as categorias de leis morais, cerimoniais e civis são úteis de diversas maneiras, especialmente quando as consideramos como aspectos de cada lei e não como categorias distintas. Mas essas categorias nunca devem ser usadas como base para ignorar qualquer porção ou aspecto das leis de Deus. Como vimos, toda a lei de Deus continua sendo nosso padrão de moralidade e somos obrigados a aplicar toda a lei de Deus à nossa situação moderna. Cada pedaço da lei de Deus ainda serve como norma para a ética cristã.

Agora que estabelecemos uma orientação básica para a variedade das Escrituras, e a lei de Deus nas Escrituras, devemos explorar a unidade das Escrituras, considerando as maneiras pelas quais a lei se relaciona com as outras porções da revelação escrita de Deus.

UNIDADE DA ESCRITURA

É muito comum na igreja moderna ouvir os professores da Bíblia dizer coisas como: “Os cristãos não têm que obedecer à lei - nós apenas temos que crer no evangelho”, ou “A única lei que Deus exige que obedecemos é a lei do amor”. Agora, reconhecidamente, nem tudo o que a Bíblia diz sobre esses assuntos é perfeitamente claro. Mas se analisarmos corretamente todos os dados bíblicos, o que descobrimos é que a unidade da Escritura é tão grande que a lei é completamente compatível com tudo o mais na Bíblia.

Nesta seção de nossa lição, consideraremos várias maneiras pelas quais a lei interage com outros ensinamentos nas Escrituras. Vamos ver primeiro a maneira como a lei se relaciona com o mandamento do amor. Em segundo lugar, vamos voltar nossa atenção para a relação entre a lei e o evangelho da graça. Em terceiro lugar, examinaremos a lei em relação à história redentora e à nova aliança. E em quarto lugar, abordaremos a questão da harmonia de todos os mandamentos divinos. Vamos começar com o relacionamento da lei com o mandamento do amor.

O MANDAMENTO DO AMOR

Quando falamos do “mandamento do amor”, estamos falando primeiro e acima de tudo do mandamento de amar a Deus. E, por implicação deste mandamento, também estamos nos referindo ao mandamento de amar uns aos outros. Embora nenhum desses mandamentos apareça nos Dez Mandamentos, ambos têm certa prioridade que deve ser reconhecida. Como Jesus afirmou em Mateus 22.37-40:

Respondeu-lhe Jesus: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas.

Aqui, Jesus identificou o mandamento de amar a Deus como o maior mandamento de todos. Ele também indicou que o mandamento de amar o próximo é a segunda lei mais

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

importante. E ele ensinou que todos os outros mandamentos dependem dessas duas leis. Assim, todos os outros mandamentos são, em certo sentido, uma descrição de como devemos amar a Deus e ao próximo.

De fato, Paulo chegou a afirmar em Romanos 13.9-10 que:

...tudo nesta palavra se resume: Amarás o teu próximo como a ti mesmo... de sorte que o cumprimento da lei é o amor.

E em Gálatas 5.14, ele escreveu:

Porque toda a lei se cumpre em um só preceito, a saber: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.

Então, é importante ler as palavras de Paulo com muito cuidado, porque muitos teólogos cometeram o erro de pensar que nesses versículos Paulo ensinou que os cristãos não precisam obedecer a nenhuma lei, exceto a lei de amar o próximo. Na verdade, porém, Paulo estava dizendo que o mandamento de amar o próximo é inseparável de todos os outros mandamentos, porque todos os mandamentos da Escritura nos ensinam a amar o próximo. Portanto, se de forma genuína e perfeita amamos nosso próximo, vamos manter toda lei que Deus deu.

Em outras palavras, nem Jesus nem Paulo pretendiam substituir as várias estipulações da lei por uma fórmula mais simples, exigindo apenas amor a Deus e ao próximo. Em vez disso, ambos pretendiam ensinar que os requisitos para amar a Deus e ao próximo são um aspecto de toda lei e, portanto, que uma pessoa que ama perfeitamente cumprirá todos os mandamentos da lei. Considere, por exemplo, Deuteronômio 6, o qual Jesus citou na passagem de Mateus que acabamos de ler. Deuteronômio 6: 1-5 diz:

Estes, pois, são os mandamentos, os estatutos e os juízos que mandou o SENHOR, teu Deus, se te ensinassem... para que temas ao SENHOR, teu Deus, e guardes todos os seus estatutos e mandamentos que eu te ordeno... Amarás, pois, o SENHOR, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força.

Aqui podemos ver que, em seu contexto original, a passagem que Jesus citou sobre amar a Deus estava inseparavelmente ligada a todos os vários mandamentos da lei que Deus havia dado através de Moisés. O amor a Deus nunca teve a intenção de substituir os outros requisitos.

Assim, ao procurarmos entender como usar a lei na ética cristã, precisamos ter em mente a primazia e a importância do amor. De fato, precisamos lembrar que toda a lei de Deus é resumida nos mandamentos de amar a Deus e ao próximo. Mas, ao mesmo tempo, precisamos reconhecer que a ênfase da Escritura no mandamento do amor não nos exime de guardar todas as outras leis da Bíblia.

Agora que entendemos a interdependência entre o mandamento do amor e o resto da Bíblia, estamos prontos para explorar a forma na qual o Evangelho da graça se relaciona com a Lei de Deus.

O EVANGELHO DA GRAÇA

Um mal-entendido comum entre os cristãos é que a lei é contrária ao evangelho da

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

graça. Muitos acreditam que, porque somos salvos pela graça à parte das obras da lei, não temos absolutamente nenhuma obrigação de obedecer à lei. Outros acreditam que a lei é corretamente vista apenas como uma ameaça e terror contra os pecadores, enquanto o evangelho, ao contrário, é o que nos salva depois que a lei nos condenou. Na verdade, há tantas visões sobre o relacionamento entre a lei e o evangelho da graça que não podemos mencioná-las todas. Assim, para combater toda uma série de falsas noções, descreveremos a perspectiva bíblica sobre esse relacionamento concentrando-nos no que tem sido tradicionalmente chamado de “três usos da lei”.

Desde a Reforma Protestante, os teólogos têm falado frequentemente de três maneiras diferentes pelas quais a lei é usada nas Escrituras. Embora haja muita concordância sobre a validade de vários usos diferentes, os teólogos nem sempre foram consistentes na enumeração desses usos. Então, para evitar confusão, nessas lições nos referiremos aos três usos da lei na seguinte ordem:

O primeiro uso da lei é o uso pedagógico, ou o uso da lei como professor. Quando usada pedagogicamente, a lei leva os homens a Cristo, incitando e expondo seus pecados, e ameaçando puni-los.

O segundo uso da lei é o uso civil. Quando usamos a lei para um fim civil, usamos isso para restringir o pecado na sociedade. Este uso é por vezes associado à disciplina externa.

O terceiro uso da lei é o uso normativo. Este é o uso da lei como um guia ou regra para os cristãos fiéis.

O uso pedagógico ou o primeiro uso da lei fala da forma como a lei de Deus vivifica o pecado que existe nos incrédulos e mostra-lhes sua necessidade de Cristo. Todos conhecemos a experiência de aprender que algo é proibido e de como somos atraídos ainda mais para fazê-lo. Paulo escreveu sobre sua própria experiência com o uso pedagógico da lei em Romanos 7. 7-8, onde escreveu estas palavras:

...Eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissera: Não cobiçarás. Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência; porque, sem lei, está morto o pecado.

Este uso da lei é comumente associado ao ensino bíblico de que os crentes já estiveram sob a lei, mas estão agora sob a graça. Quando os incrédulos são confrontados pelos padrões e penalidades da lei, eles são incitados a pecar ainda mais, e eles reconhecem a punição ou maldição com que a lei os ameaça por causa de seu pecado. Essa ameaça leva alguns incrédulos a Cristo, que graciosamente os salva da maldição da lei. Esta é a ideia por trás das palavras de Paulo em Romanos 6:14:

Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça.

Nesse sentido, o uso pedagógico da lei não se aplica diretamente aos crentes. Uma vez que uma pessoa foi levada a Cristo, a lei terminou seu trabalho a esse respeito. Então, no que diz respeito ao uso pedagógico, não estamos mais sob a lei.

O uso civil ou o segundo uso da lei envolve o modo como a lei restringe o pecado ao ameaçar com punição aqueles que a violam. Podemos pensar em maneiras de restringir nosso próprio comportamento por medo de punição por aqueles que exercem a autoridade civil sobre nós, como por exemplo, a polícia. Este uso da lei é para crentes e não crentes, e se concentra especialmente no lugar de Deus para o governo civil como um instrumento para restringir o mal. Em lições futuras, abordaremos muitos assuntos relacionados a esse uso da

lei, assim que, por enquanto, simplesmente mencionaremos isso fazendo notar que isso não é incompatível com o evangelho da graça.

O terceiro é o uso normativo da lei. Este é muito útil para estudar quando pensamos sobre a lei em termos do evangelho e da ética cristã. O uso normativo aplica a lei da maneira que temos usado nessas lições, ou seja, como uma revelação da vontade de Deus para a vida cristã. Podemos compará-lo com as regras domésticas que nossos pais fizeram para nos manter seguros e que obedecemos porque amamos e confiamos em nossos pais. Por exemplo, ouça as palavras de 1 João 3.4:

Todo aquele que pratica o pecado também transgredir a lei, porque o pecado é a transgressão da lei.

João escreveu estas palavras muito depois de Cristo ter ascendido ao céu. No entanto, ele afirmou que a lei continua a ser o padrão para o nosso comportamento. Ele chegou a ponto de definir todo pecado em termos de quebrar a lei. Para simplificar, a lei ainda é o padrão pelo qual o comportamento cristão é julgado como justo ou pecaminoso. E muitas passagens indicam que quando a lei é usada como padrão para o comportamento cristão, ela é perfeitamente compatível com o evangelho.

Antes de sermos salvos, éramos todos pecadores, incapazes de guardar a lei. Estávamos sob a maldição da lei porque éramos infratores da lei. Mas agora que somos salvos, somos considerados como perfeitos guardadores da lei em Cristo, para que recebamos as bênçãos da salvação e da vida prometidas pela lei. Paulo se referiu a esse estado como sendo “sob a graça” para contrastá-lo com estar sob a maldição da lei.

Em suma, ainda que os crentes não estão “debaixo da lei” no sentido de que sofreremos sua maldição quando pecamos, estamos “debaixo da lei” no sentido de que recebemos suas bênçãos, e no sentido de que somos obrigados a obedecê-la. Em Tiago 1.25, Tiago coloca o assunto desta maneira:

Mas aquele que considera, atentamente, na lei perfeita, lei da liberdade, e nela persevera, não sendo ouvinte negligente, mas operoso praticante, esse será bem-aventurado no que realizar.

Agora que vimos como a lei de Deus complementa tanto o mandamento do amor quanto o evangelho da graça, devemos olhar para a lei em relação à nova aliança e aos desenvolvimentos da história da redenção.

NOVA ALIANÇA

Quando falamos da história da redenção e da nova aliança, estamos nos referindo às mudanças que ocorreram entre as eras do Antigo e do Novo Testamento como resultado da obra de Jesus Cristo. E, neste ponto, estamos mais interessados no modo como essas mudanças afetam nosso uso da lei na ética cristã.

No Antigo Testamento, a nova aliança é mencionada pelo nome apenas uma vez, e isso está em Jeremias 31.31. O Novo Testamento, por outro lado, refere-se a ele várias vezes. A menção mais útil para nossos propósitos, no entanto, pode ser encontrado em Hebreus 8, onde o autor cita extensivamente Jeremias 31 e aplica-o à igreja. Em Hebreus 8.8-10 lemos estas palavras:

...Firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá... diz o Senhor: na sua mente imprimirei as minhas leis, também sobre o

Para vídeos, guias de estudo e mais recursos, visite <http://thirdmill.org>

seu coração as inscreverei; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo.

Observe que nesta passagem a nova aliança não é algo que nos liberta da lei. Em vez disso, na nova aliança, a lei ainda é central. De fato, a lei está escrita em nossas mentes e corações como as regras da nova aliança.

A imagem da lei sendo escrita em nossos corações e mentes indica que conhecemos e amamos a lei. Longe de deixar a lei para trás como uma coisa do passado, no novo pacto internalizamos a lei e a mantemos sinceramente. Na verdade, é exatamente assim que a lei deveria ser observada até mesmo no antigo pacto. Como o Senhor falou em Deuteronômio 6: 6:

Estas palavras que, hoje, te ordeno estarão no teu coração;

E como o salmista testemunhou no Salmo 119: 11:

Guardo no coração as tuas palavras, para não pecar contra ti.

A palavra de Deus sempre deveria estar nos corações e mentes de seu povo, e realmente estava nos corações e mentes de muitos, mesmo no antigo pacto. A escrita da lei em nossos corações e mentes não é algo novo ou diferente no novo pacto; é um ponto de continuidade com o antigo pacto.

Podemos até dizer que o novo pacto nos dá razões ainda maiores para obedecer à lei. Afinal, no Antigo Testamento, os crentes olhavam para o êxodo do Egito e para a vida na Terra Prometida como base para sua obediência à lei. Mas hoje os cristãos olham para a obra muito maior da salvação em Cristo e para a frente para a ainda maior obra de Cristo em sua segunda vinda como base para nossa obediência à lei.

Mas, novamente, é importante que, como cristãos, reaplicemos a lei à luz das mudanças que ocorreram entre o Antigo e o Novo pacto. Como o autor de Hebreus escreveu em 10.1 do seu livro:

Ora, visto que a lei tem sombra dos bens vindouros, não a imagem real das coisas, nunca jamais pode tornar perfeitos os ofertantes, com os mesmos sacrifícios que, ano após ano, perpetuamente, eles oferecem.

Na nova aliança, Cristo foi revelado como aquele a quem a lei prefigurava. E como resultado, muitas leis que obrigavam os crentes da antiga aliança a realizar tais sacrifícios são agora cumpridas pela realidade que eles prefiguravam, a saber, o sacrifício de Cristo. Como resultado, nós mantemos corretamente essas leis confiando em Jesus como nosso sacrifício, não sacrificando touros e bodes.

Nas próximas lições, examinaremos mais de perto os tipos de ajustes que devemos fazer quando aplicamos a lei à era do Novo Testamento. Mas, por enquanto, deve ficar claro que, em princípio, a lei se aplica durante a nova era da aliança.

Agora que exploramos a lei em relação ao amor, ao evangelho e ao novo pacto, estamos prontos para abordar nosso tópico final: a harmonia de todos os mandamentos de Deus uns com os outros.

HARMONIA

No sistema legal da Bíblia, há um grande número de leis e requisitos. Estes são tão numerosos e tocam em tantos assuntos que essas leis parecem conflitar umas com as outras. Conflito entre regras é um problema que todo sistema ético deontológico ou orientado por regras enfrenta. Mas no caso da lei bíblica, não há contradições reais; as leis de Deus nunca entram em conflito umas com as outras, assim como o caráter de Deus nunca entra em conflito consigo mesmo. Em vez disso, todos os ensinamentos morais das Escrituras estão em perfeita harmonia uns com os outros.

Como vemos em Tiago 2.10, a lei é um todo unificado:

Pois qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos.

Posto a lei é unificada, seus diversos mandamentos coletivamente exigem nossa obediência. Ou seja, sempre que nossas ações estiverem em verdadeira concordância com qualquer estipulação específica da lei, elas estarão de acordo com o todo.

Portanto, sempre que pareça que certas leis nas Escrituras contradizem umas às outras, isso simplesmente significa que nós ainda não chegamos a entender a lei corretamente. O fato é que nunca entenderemos toda a lei perfeitamente, então, de tempos em tempos, nos sentiremos divididos entre as várias leis de Deus. Como resolvemos essas tensões, na prática? Bem, há muitas coisas que podem ser ditas sobre tais situações, mas vamos mencionar apenas duas.

Em primeiro lugar, as leis de Deus foram dadas com o entendimento implícito de que às vezes algumas leis têm prioridade sobre as outras. Por exemplo, em Mateus 5.23-24, Jesus dá a seguinte instrução:

Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faz a tua oferta.

Jesus ensinou que a reconciliação entre o povo de Deus tem precedência mesmo sobre certas ofertas feitas a Deus - tanto que, mesmo que um crente esteja no altar e pronto para apresentar sua oferta, ele deve adiar sua oferta até que tenha acertado as coisas com seu irmão.

Sempre que certos pecados são considerados piores do que outros, ou que certas leis são consideradas mais importantes do que outras, devemos perceber que a Bíblia está atribuindo diferentes níveis de prioridade a seus vários mandamentos. Assim, dar prioridade a uma lei sobre outra é, de fato, de acordo com o todo da lei e, portanto, não é um conflito entre leis específicas.

Em segundo lugar, as leis bíblicas também são dadas com o entendimento implícito de que existem exceções às regras. Ou seja, no sistema legal da Bíblia, supõe-se que em emergências e outras circunstâncias incomuns, os regulamentos normais podem ser transcendidos por princípios mais importantes.

Considere, por exemplo, o confronto entre os apóstolos e o Sinédrio em Atos 5. Nessa situação, o Sinédrio havia ordenado aos apóstolos que parassem de pregar sobre Jesus, mas os apóstolos haviam ignorado seu comando. A defesa dos apóstolos de sua ação está registrada em Atos 5.29:

Então, Pedro e os demais apóstolos afirmaram: Antes, importa

obedecer a Deus do que aos homens.

Neste caso, como o corpo governante do povo judeu, o Sinédrio tinha alguma autoridade legítima sobre os apóstolos. E, como regra geral, a Bíblia exige que obedecemos às autoridades humanas. No entanto, quando o Sinédrio contradisse os mandamentos de Deus, isso criou uma exceção à regra geral de que devemos obedecer aos nossos líderes humanos. Por causa dessa exceção, o justo e bom que os apóstolos deveriam fazer era desobedecer ao Sinédrio e obedecer a Deus.

Mas, novamente, este não foi um caso em que uma lei entrava em conflito com outra. Afinal, a lei é um todo unificado, revelando o caráter de Deus, e o caráter de Deus não está em desacordo consigo mesmo. Pelo contrário, a lei prevê que os princípios gerais, por vezes, indicam cursos de ação contrários. Nesses casos, a coisa certa a fazer deve ser descoberta observando cada mandamento e princípio, e medir a situação e as motivações à luz de todas as obrigações. O melhor curso de ação será obediente a todo o corpo da lei em seu pleno significado, mesmo que não se assemelhe ao modo como geralmente aplicamos alguns princípios.

É claro que temos que ser cautelosos quando atribuímos prioridades aos mandamentos nas Escrituras. E posto que somos seres humanos caídos e limitados, sem dúvida haverá momentos em que não conseguiremos descobrir o que é certo e até haverá vezes que tomaremos as decisões erradas. No entanto, devemos sempre lembrar que as Escrituras são unificadas e, portanto, devemos trabalhar duro para encontrar as maneiras pelas quais as leis de Deus se harmonizam umas com as outras.

CONCLUSÃO

Nesta lição, examinamos as maneiras pelas quais muitas partes e aspectos das Escrituras trabalham juntos como padrão de Deus para a ética cristã. Vimos que as variedades de linguagem e literatura nas Escrituras devem ser tratadas de maneira um tanto diferente e que cada uma delas tem algo de especial para nos dizer sobre ética. Também exploramos as divisões e funções da lei de Deus nas Escrituras. E, ademais, vimos como a lei é unificada consigo mesma e com todas as outras partes da Escritura.

À medida que continuamos nosso estudo da ética bíblica, é importante lembrar que existem muitas partes e aspectos diferentes das Escrituras e que cada um deles nos comunica informações éticas de diferentes maneiras. Ao manter essas ideias em mente enquanto continuamos a estudar e a viver nossas vidas diante de Deus, seremos capazes de lidar com cada parte e aspecto das Escrituras de maneira mais responsável e moldar nossas vidas aos padrões que Deus nos revelou.